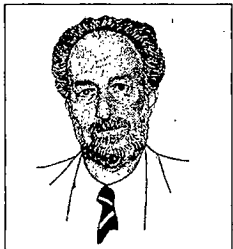


WASHINGTON NOVAES

Peleando com pouca munição



Não há gente educada para fazer o indispensável no universo em que nos metemos

O homem simples do povo costuma dizer que nada como uma eleiçãozinha para que, afinal, algumas coisas de interesse da maioria da população comecem a ser discutidas. E é verdade. Basta ver o que acontece no dito horário eleitoral "gratuito" (que é muitíssimo bem pago) e o que está na boca de tecnocratas e candidatos, reproduzido nos jornais.

Um dos setores em que isso mais está acontecendo é a educação. E aí a enxurrada de informações nos últimos dias é es-tarrecidora:

- Só 123 cursos de pós-graduação no Brasil – menos de 10% do total analisado – têm padrão de excelência internacional (nestes tempos de competição globalizada, que exige alta competência), a maioria deles no Estado de São Paulo;

- 65% dos 6,7 milhões de alunos que concluíram o segundo grau no ano passado em nove Estados – São Paulo e Rio de Janeiro incluídos – tiveram aproveitamento escolar abaixo da média considerada satisfatória pelo Ministério da Educação;

- segundo o Censo Escolar do MEC, 9,1 milhões de reprovações ou abandonos da escola no ensino básico em 1996 significaram perdas de R\$ 5,2 bilhões – ou 16% do que União, Estados e municípios aplicam em educação;

- 28,2% do 1,6 milhão de professores na educação básica recebem até R\$ 250 por mês, 6,3% (192 mil professores) nem chegam a R\$ 100 mensais e, no Nordeste, é muito mais grave: 19,3% recebem menos de R\$ 100 por mês e a média é de R\$ 222;

- mais de 4 mil escolas públicas de ensino fundamental das 80 maiores cidades do Centro-Oeste – que representam 95% das escolas das regiões metropolitanas dessa área – estão abaixo do padrão mínimo de funcionamento, segundo levantamento do MEC/Bird;

- em artigo de jornal, o reitor da Universidade de São Paulo, Jacques Marcovitch, manifesta seus temores diante de um "preocupante pacto" entre as autoridades da área educacional na América Latina, para que todas as escolas estejam conectadas por computadores até 2005; ele teme que a mera tecnificação implique "esterilização dos padrões curriculares" e "desqualificação do papel dos professores".

E o que se pretende fazer diante desse quadro? Alguns

caminhos delineados mais recentemente não chegam a ser animadores.

Na área do ensino fundamental, há uns dois anos se anunciou um programa que pretende aumentar para R\$ 300 o pagamento mínimo aos professores. Na época em que foi divulgado, muita gente alertou: se não houver um sistema de acompanhamento da implantação, o que vai acontecer

em grande parte do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, principalmente, será um aumento extraordinário do nepotismo e do desemprego de professores. Porque, na quase totalidade dos municípios dessas regiões, R\$ 300 representarão um salário inencontrável nas outras atividades. E, como no ensino municipal nessas áreas não há concursos públicos, as pobres professorinhas que até aqui vêm ganhando R\$ 20, R\$ 30 ou R\$ 50 para cuidar de classes multisseriadas, sem nenhum recurso, vão acabar perdendo o lugar para os apaniguados dos prefeitos. Não foi preciso muito tempo para que viessem relatos de que é exatamente o que está acontecendo em muitos lugares.

Não é só. Há poucos dias este jornal relatou que mais de mil educadores que participaram da Conferência Nacional por

uma Educação no Campo subscreveram documento pedindo ao governo que trate "de forma diferenciada e específica o sistema de educação que está sendo oferecido no meio rural. (...) O governo não discute o conteúdo programático das escolas rurais, enfatiza os valores da cidade e acaba contribuindo para o êxodo rural, o que é péssimo. (...) A criança é educada para gostar do meio urbano", nas escolas distantes até 70 quilômetros de sua casa, levada em kombis ou ônibus.

É verdade. Trata-se de política oficial, estimulada pelo próprio ministério e repassada às secretarias estaduais e municipais. Prefere-se investir em transporte, e não na melhora e adequação da escola rural, sob a justificativa de que é preciso dar às crianças e adolescentes da zona rural oportunidade de conhecer a vida urbana – como se elas não fossem às cidades e não houvesse em cada núcleo rural uma antena parabólica de TV. E ainda contrariando o desejo dos próprios alunos, como mostrou recente pesquisa da Emater em Goiás: mais de 80% das crianças e adolescentes da zona rural disseram que não gostariam de mudar-se para as cidades; sabem que não encontrarão emprego e perderão qualidade de vida.

Enquanto isso, estão aí vários estudiosos e pesquisadores – entre eles os professores José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, da FEA-USP – tentando chamar a atenção para a necessidade de políticas

específicas para o meio rural, capazes de proporcionar a mais de 20% dos brasileiros que ainda vivem nessa área condições de trabalho e de vida. Não apenas para evitar o êxodo rural, que a cada década retira do campo um terço dos que ali estão. Mas porque é um direito das pessoas. E porque será melhor para todo mundo, até mesmo para quem está nas cidades e, principalmente, nas metrópoles. Só que para isso serão necessários – além do fortalecimento da agricultura familiar – programas capazes de estimular outras atividades (como o processamento de produtos, turismo rural, artesanato, assistência a idosos, etc.), e não apenas as lavouras.

É um pensamento capaz até mesmo de se contrapor à falácia dos arautos da agricultura centrada apenas na mecanização intensiva e dispensa de mão-de-obra, que vivem brandindo números norte-americanos e europeus, segundo os quais só uma parcela insignificante das populações dos países industrializados viveriam da agricultura – esquecendo, muito convenientemente, que tanto nos Estados Unidos como na Europa parcelas da população equivalentes à brasileira continuam morando na zona rural, e até subsidiadas pelos governos.

Grande parte do nosso problema nas questões educacionais e em outras parece estar no hábito arraigado de acreditar no que está escrito no papel. Baixa-se uma lei ou decreto dizendo que o sistema de saúde vai ser descentralizado, repassam-se recursos e acredita-se, pelas estatísticas, que tudo melhorou muito. Baixa-se outra legislação repassando a vigilância sobre artefatos radiativos para os municípios e faz-se de conta que o problema está resolvido. E assim por diante, em quase todas as áreas.

Enquanto se faz de conta, vêm o embaixador brasileiro na Organização Mundial de Comércio, Celso Lafer, e diz aos jornais que "o Brasil está pouco preparado para enfrentar a próxima grande negociação comercial multilateral", a chamada "Rodada do Milênio", na qual vão ser discutidas as grandes questões do comércio exterior que ditarão os rumos da nossa vida no próximo milênio. E por que não estamos preparados? Porque o País "tem deficiências técnicas". Ou seja, não tem pessoas educadas para fazer o indispensável no universo em que açodadamente nos metemos.

Como dizem os gaúchos, ficamos aí "peleando em retirada com pouca munição".

